



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

ATA DE REUNIÃO

Ata da 13ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia

27 de Outubro de 2023

Plenária Extraordinária

1 Ao vigésimo sétimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às nove horas e catorze minutos,
2 iniciou-se a Décima Terceira Plenária Extraordinária, realizada de forma híbrida, do Décimo Nono Plenário
3 do Conselho Federal de Psicologia. Participou de forma presencial: Rodrigo Acioli Moura. Participou de
4 forma remota: Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Carolina Saraiva, Célia Mazza de Souza, Fabiane
5 Rodrigues Fonseca, Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Ivani Francisco de Oliveira, Izabel Augusta
6 Hazin Pires, Juliana de Barros Guimarães, Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Neuza Maria de Fátima
7 Guareschi, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Roberto Chateaubriand Domingues e Rosana Mendes Éleres
8 de Figueiredo. Participaram os convidados da Empresa Participar: Antônio Nascimento e Jean Marcelo.
9 Pedro Paulo Gastalho de Bicalho inicia a reunião saudando as¹ participantes, e justificando as ausências.
10 Comentou que será encaminhada a primeira remessa aos Conselhos Regionais no dia primeiro de
11 novembro de 2023 (dois mil e vinte e três) e que a segunda remessa deve ser pautada até o dia 20 (vinte
12 de novembro) de 2023 (dois mil e vinte e três). Comentou que a próxima reunião plenária acontecerá nos
13 dias 24 (vinte e quatro) e 25 (vinte e cinco) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três) e que um dia
14 será destinada aos pontos da Apaf. Disse ainda que no dia primeiro de dezembro encaminharemos aos
15 Conselhos Regionais a remessa final. Solicitou muita atenção aos materiais encaminhados para a Apaf.
16 **Ponto 1. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA PARA O EXERCÍCIO DE**
17 **2024 (Processo Sei nº 576600024.000019/2023-53).** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho pontuou que,
18 considerando que a Proposta Orçamentária do Conselho Federal de Psicologia do ano de 2024 (dois mil e
19 vinte e quatro) deverá ser apreciada na Apaf, segue para apreciação e aprovação do plenário do Conselho
20 Federal de Psicologia. Disse que em maio sempre apresentamos o orçamento do ano anterior e que em
21 dezembro o orçamento será apresentado. José Eli (GFin) comentou que estão em processo de construção
22 do orçamento e que talvez na plenária de dezembro o orçamento será apresentado. Destacou que em
23 novembro apreciaremos os orçamentos dos Conselhos Regionais e, se possível, o orçamento do Conselho
24 Federal. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho lembrou que, especificamente neste ponto, os materiais de
25 subsídio são apresentados na Apaf mesmo, pois dependem dos subsídios dos Conselhos Regionais.
26 Antônio Nascimento (Participar) disse que quando o Planejamento Estratégico foi realizado surgiram
27 algumas inquietações quanto ao acompanhamento das ações do Conselho Federal de Psicologia e
28 comentou que falta um instrumento de avaliação que serviria para amarrar o planejamento estratégico ao
29 planejamento orçamentário do Conselho Federal de Psicologia. Falou de planejamento, ações estratégicas
30 e centros de custos. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo perguntou sobre ações da Aspar em que ele
31 está inserido, mas que não consta como conselheiro de referência, como será tratado no Planejamento.
32 Perguntou também se os indicadores possuem metas. Antônio Nascimento (Participar) evidenciou sobre
33 os indicadores e comentou sobre as curvas de aprendizagem. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho agradeceu
34 e disse que fica o convite para que as conselheiras entrem na planilha e corrijam e preencham até o dia
35 primeiro de novembro com a finalidade de que vire uma ferramenta de trabalho. E que a planilha deve ser
36 preenchida em articulação com os gerentes. **Encaminhamento:** Ponto aprovado sem encaminhamentos.
37 **Ponto 2. APRECIÇÃO DAS ATAS DA APAF DE MAIO DE 2023 (Processo Sei nº 576600004.000366/2023-**
38 **14).** Célia Mazza de Souza considerou que, conforme determinado pelo Regimento Interno da Assembleia
39 das Políticas, da Administração e das Finanças - APAF, é necessário que o plenário faça a aprovação e
40 assinatura das atas das reuniões anteriores. Referiu que já fez a leitura das Atas e que tem pouquíssimas
41 alterações e convidou as conselheiras a lerem também e que tragam sugestões de alteração para análise
42 na plenária do dia 24 (vinte e quatro) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três). Pensa que, caso a
43 conselheira secretária não esteja na delegação do Conselho Federal de Psicologia para a Apaf que vá como
44

45 observadora por conta da tarefa de confecção da Ata. Rodrigo Acioli Moura pontuou que a Conselheira
46 Secretária esteja na Apaf integrando a equipe técnica do Conselho Federal de Psicologia se não for
47 delegada. Izabel Augusta Hazin Pires pensa que deve sempre integrar a equipe técnica do Conselho
48 Federal de Psicologia, via Secretaria Executiva, se não for eleita delegada para a Apaf. **Encaminhamento:**
49 A) A Conselheira Secretária do Conselho Federal de Psicologia fará parte da equipe de trabalho da
50 Secretaria Executiva, como observadora, durante a Apaf, para ter propriedade na construção e correção
51 das atas, caso ela não faça parte da delegação do Conselho Federal de Psicologia. Esta determinação
52 deverá vigorar já para as próximas Apafs desta gestão. B) O Plenário deve fazer a leitura das Minutas das
53 Atas, e se for o caso, trazer correções para discussão na Plenária do dia 24 (vinte e quatro) de novembro
54 de 2023 (dois mil e vinte e três). **Ponto 3. DATAS DAS APAFS DE 2024 (Processo Sei nº**
55 **576600004.000365/2023-70).** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho disse que, considerando a necessidade de
56 organização prévia do calendário do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro) do Conselho Federal de
57 Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, seguem abaixo as datas propostas para as Apafs de
58 2024 (dois mil e vinte e quatro). Maio de 2024 (dois mil e vinte e quatro): Reunião entre Presidentes e
59 Tesoureiros: 24 (vinte e quatro) de maio de 2024 (dois mil e vinte e quatro), sexta feira; Apaf- 25 (vinte e
60 cinco) e 26 (vinte e seis) de maio de 2024 (dois mil e vinte e quatro), sábado e domingo. Dezembro de
61 2024 (dois mil e vinte e quatro): Reunião entre Presidentes e Tesoureiros: 13 (treze) de dezembro de 2024
62 (dois mil e vinte e quatro), sexta feira; Apaf- 14 (catorze) e 15 (quinze) de dezembro de 2024 (dois mil e
63 vinte e quatro), sábado e domingo. Disse da importância das Reuniões de Presidentes devido aos ponto
64 sensíveis e a importância da Reunião de Tesoureiros para avaliar as questões financeiras e orçamentárias.
65 Comentou que a definição das datas da próxima Apaf é um ponto sensível por as Secretárias e as Vice-
66 Presidentas estão reivindicando a participação na Apaf. Izabel Augusta Hazin Pires comentou que está
67 pacificado que será realizada uma reunião anual entre as Conselheiras Secretárias. Ivani Francisco de
68 Oliveira pensa que a situação possa ser acalentada com a realização de um Encontro Anual com as Vice-
69 Presidentas e que o calendário e a defesa de um Encontro Anual pode ser apresentado na Reunião de
70 Presidentes. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro pensa que o debate deve ser aberto no sentido de
71 qual a linha que defenderemos, se fecharemos esta questão na Apaf ou em outro evento. Se fecharmos
72 em Apaf, teremos uma política de todo o Sistema. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo propôs que as
73 Reuniões sejam realizadas se tiver demanda, mas que sejam desvinculadas da Apaf. Pedro Paulo Gastalho
74 de Bicalho propôs que este ponto de pauta seja um ponto de discussão na Reunião de Presidentes, de
75 propor a realização dos Encontros Anuais de Vice-Presidentas e de Secretárias e que isto não seja um
76 compromisso do Sistema e sim um compromisso da gestão. Rodrigo Acioli Moura perguntou se a reunião
77 de Tesoureiros e a Reunião de Presidentes é considerada uma atividade da Apaf. Lembrou o regimento da
78 Apaf. **Encaminhamentos:** A) Pautar este ponto para a reunião de Presidentes, para apresentar
79 previamente as datas propostas para as Apafs de 2024 (dois mil e vinte e quatro). B) Junto deste ponto,
80 apenas na reunião de Presidentes, apresentar e defender a ideia de reuniões anuais entre as vice-
81 presidentas e secretárias, vinculando a realização à existência de pauta para tal. **Ponto 4. GT DE REVISÃO**
82 **DA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO (POF) (Processo Sei nº 576600028.000197/2023-44).**
83 Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro disse que o Grupo de Trabalho de Revisão da Política de
84 Orientação e Fiscalização (GT de POF) foi criado na Apaf de dezembro de 2011 e foi reeditado ao longo dos
85 anos. No momento, conforme atualização da Apaf de maio de 2023, o GT é composto pelos CRPs 02/PE,
86 06/SP, 08/PR, 14/MS, 19/SE, 23/TO, e 24/AC/RO e pelo CFP. O Grupo de Trabalho ainda tem as seguintes
87 tarefas pendentes: 1) rever a resolução sobre PJ – Pessoas Jurídicas (que será apresentada nesta Apaf); 2)
88 rever alguns prazos do novo CPD – Código de Processamento Disciplinar; 3) rever a resolução sobre
89 atendimento online (que será apresentada nesta Apaf); 4) elaborar Nota Técnica sobre atendimento
90 domiciliar; 5) Produzir o CPD comentado. Sobre a tarefa de: construir políticas de enfrentamento à lógica
91 judicializante em fase pré-processual no CPD, o Grupo de Trabalho pensa que deve ser transferida para o
92 GT de Meios de Solução Consensual de Conflitos (GT de Mediação), por ser o Grupo de Trabalho que
93 tratará da temática. De maio de 2023 (dois mil e vinte e três) até o momento, o Grupo de Trabalho
94 realizou 3 (três) reuniões online (19/05, 30/06, 18/09) e 1 (uma) reunião presencial (04 e 05/08), e está
95 trabalhando com 3 (três) dessas tarefas mencionadas, a saber: 1) rever a resolução sobre PJ – Pessoa
96 Jurídica; 2) rever a resolução sobre atendimento online; 3) Produzir o CPD Comentado. Há a previsão de
97 realização de reunião presencial do GT no dia 28 (vinte e oito) de outubro para discutir as Minutas de
98 Resolução de Registro de Pessoas Jurídicas e de Atendimento Online. Durante as reuniões, o Grupo de
99 Trabalho debateu também sobre a publicidade profissional e lembrou que foi confeccionada a Nota
100 Técnica sobre Uso Profissional das Redes Sociais: Publicidade e Cuidados Éticos, que serve de instrumento
101 de orientação e não de regulamentação profissional. O Grupo de Trabalho ponderou a necessidade de

102 resgate e retomada da discussão sobre a temática. Informou que as Minutas serão limpas amanhã na
103 reunião presencial do Grupo de Trabalho. **Encaminhamentos:** Pautar este ponto na plenária de 24 (vinte e
104 quatro) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), para apreciação das Minutas e envio na segunda
105 remessa. **Ponto 5.**

106 **GT APAF - REVISÃO DA RESOLUÇÃO CFP Nº 18/2002 (Processo Sei nº 576600003.000342/2022-94).**
107 Fabiane Rodrigues Fonseca contou que na Apaf de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois), o Grupo de
108 Trabalho para Evidenciar a Resolução CFP nº 18/2002, constituído inicialmente em dezembro de 2012
109 (dois mil e doze), solicitou a sua reedição, com alteração de nomenclatura e ampliação do escopo de
110 atuação para revisar a respectiva normativa. Pela justificativa exposta, o Grupo de Trabalho teve aprovada
111 a sua continuidade como GT de Revisão da Resolução CPF nº 18/2002 e ganhou, como tarefa, a elaboração
112 de nova Minuta de Resolução que contemple o racismo estrutural e institucional, ainda bastante presente
113 em nossa sociedade e nas instituições de formação. Em 2023 (dois mil e vinte e três), o Grupo de Trabalho
114 se reuniu sete vezes, de modo virtual, e uma vez, nos dias 21 (vinte e um) e 22 (vinte e dois) de outubro,
115 de forma presencial. Composição do Grupo de Trabalho: Nacional: Conselho Federal; Centro-Oeste: CRP
116 01; Sul: CRP 07; Sudeste: CRP 04; Nordeste: CRPs 02 e 03; Norte: CRPs 23 e 24 e *Ad hoc*: Eliane Costa e
117 Geni Nunez. Pensa que na Apaf deverão estar presentes os membros do Grupo de Trabalho, mais
118 precisamente Eliane Costa que é *ad hoc*, para apresentar o ponto. **Encaminhamentos:** A) Pautar este
119 ponto na plenária de 24 (vinte e quatro) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), para apreciação da
120 minuta de resolução e envio na segunda remessa. B) Incluir na discussão do ponto da delegação da Apaf, a
121 sugestão da Conselheira Fabiane Fonseca, de participação da Eliane Costa na apresentação deste ponto na
122 Apaf de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três). **Ponto 6. GT DA APAF – ESTÁGIO (Processo Sei nº**
123 **576600003.000406/2019-51).** Neuza Maria de Fátima Guareschi comentou que o Grupo de Trabalho
124 Estágio foi constituído na Apaf de maio de 2019 (dois mil e dezenove), considerando a preocupação do
125 Sistema Conselhos de Psicologia com a regulamentação dos Serviços Escolas. Avaliou-se, à época, que o
126 Sistema deveria repensar o modelo de serviço-escola, de modo a garantir uma formação de qualidade
127 para as futuras psicólogas e planejar a expansão destes serviços para outras áreas de atuação, tais como as
128 situações de emergências e desastres. O Grupo de Trabalho tem as seguintes atribuições: Criar uma
129 resolução que contenha aspectos técnicos e éticos sobre o serviço-escola, que contemple a
130 obrigatoriedade de que se tenha psicólogas/os nos ambientes de estágio. Regular sobre a Política
131 Nacional de Estágio (registro de orientador acadêmico, ética dos estagiários), estágio voluntário,
132 intermediário entre fim do estágio e graduação, regulamentar sobre a atuação de estagiários em situações
133 de Emergências e Desastres. O Grupo de Trabalho reuniu-se por 10 (dez) vezes nos anos de 2020 (dois mil
134 e vinte) e 2021 (dois mil e vinte e um), 2 (duas) vezes em 2022 (dois mil e vinte e dois), 1 vez em 2023 e
135 construiu uma Minuta de Resolução. O documento foi apreciado pela Gerência Técnica, pela Secretaria de
136 Orientação e Ética e pela Gerência Jurídica do Conselho Federal de Psicologia, tendo recebido algumas
137 considerações sobre a competência do Conselho para regular atividades de estágio. A partir dos
138 apontamos, o Grupo de Trabalho encaminhou pela realização de uma pesquisa para levantamento de
139 parâmetros para o exercício profissional da psicóloga como orientador e supervisor de estágios. Os dados
140 foram coletados ao longo do mês de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três) e os resultados serviram de
141 base para finalização da Minuta de Resolução, que segue para apreciação nesta Apaf. Composição do
142 Grupo de Trabalho: Nacional: CFP; *Ad hoc*: ABEP; Centro-Oeste: CRP 18; Sul: CRP 12; Sudeste: CRP 16;
143 Norte: CRP 20 e 23; Nordeste: CRP 15 e 21. **Encaminhamentos:** Pautar este ponto na plenária de 24 (vinte
144 e quatro) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), para apreciação da Minuta de Resolução e envio
145 na segunda remessa. **Ponto 7. GT DA APAF - ANUIDADES - ISENÇÕES EM CASOS DE EMERGÊNCIAS E**
146 **DESASTRES (Processo Sei nº 576600002.000041/2023-51).** Célia Mazza de Souza referiu que na
147 Assembleia de Política, Administração e Finanças, Apaf, realizada em maio de 2020 (dois mil e vinte), foi
148 acolhida a proposta de criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de avaliar, revisar e aprimorar a
149 política de isenções, descontos e parcelamentos aplicados às anuidades do Sistema Conselhos de
150 Psicologia. Em dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), durante a Apaf, o Grupo de Trabalho apresentou
151 os resultados do trabalho inicialmente encomendado. Após a apresentação, a Assembleia decidiu pela
152 continuidade do Grupo, desta vez para estudar o tema "Anuidades - Isenções em casos de emergências e
153 desastres". Composição do Grupo de Trabalho: CFP; CRP-03/BA; CRP-04/MG; CRP-08/PR; CRP-09/GO; CRP-
154 10/PA/AP; CRP-20/AM-RR; e CRP-22/MA. Comentou que é preciso verificar a legalidade do pedido de
155 isenção, pois existem municípios que não isentam nenhum imposto no caso de emergências e desastres.
156 Ivani Francisco de Oliveira comentou que no CRP 03 teve um amplo estudo sobre as isenções e perguntou
157 como está o andamento dessa questão. Célia Mazza de Souza informou que o CRP 03 aguarda a legalidade
158 para pedir a isenção e ela contou uma experiência do CRP 08 devido a uma enchente. Maria Carolina

160 Fonseca Barbosa Roseiro pensa que vale a pena pensar em uma reformulação dos objetivos do GT. Contou
161 que no Espírito Santo teve um estudo de reformulação orçamentária. Acha que o tema de emergência e
162 desastre deve ser discutido enquanto Sistema e em cada Conselho Regional de Psicologia isoladamente.
163 Pensa que deve ser feita uma política de reparação, um estudo que aponte que não será uma isenção.
164 Célia Mazza de Souza pensa que pode ser uma política de atenção aos afetados. Pedro Paulo Gastalho de
165 Bicalho disse que há uma proposta de reformulação dos objetivos do Grupo de Trabalho e que será
166 pautado novamente no dia 24 (vinte e quatro) de novembro e que já seja apresentada a proposta de
167 reformulação dos objetivos do Grupo de Trabalho. **Encaminhamentos:** Refazer a solicitação de deliberação
168 deste ponto, incluindo nos objetivos a reformulação do objetivo do Grupo de Trabalho, para análise de
169 impacto financeiro, política de atenção aos atingidos e apresentar na plenária de 24 (vinte e quatro) de
170 novembro de 2023 (dois mil e vinte e três). **Ponto 8. GT DA APAF - ORIENTAÇÃO: ATUAÇÃO PESSOAS COM**
171 **DEFICIÊNCIA (Processo Sei nº 576600004.000161/2019-52).** Rosana Mendes Éleres de Figueiredo
172 informou que durante a Apaf de novembro de 2021 (dois mil e vinte e um) foi criado o Grupo de Trabalho
173 "Orientação: Atuação Pessoas com Deficiência", composto pelos CRPs 01, 11, 12, 16, 17, 20, 23 e pelo CFP.
174 Os objetivos do Grupo de Trabalho são elaborar Resolução de enfrentamento ao capacitismo e construir
175 uma Nota Técnica. O Grupo de Trabalho realizou 02 (duas) reuniões no último semestre e solicita sua
176 continuidade para finalizar os trabalhos já iniciados. Disse que na próxima plenária apresentará este ponto
177 de forma mais organizada. **Encaminhamento:** Pautar este ponto na plenária de 24 (vinte e quatro) de
178 novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), para apresentação do posicionamento a ser levado para a
179 Apaf. **Ponto 9. GT DA APAF - REFERÊNCIAS TÉCNICAS E ÉTICAS: ATENDIMENTO À PESSOA SURDA NO**
180 **ÂMBITO DA SAÚDE (Processo Sei nº 576600004.000161/2019-52).** Rosana Mendes Éleres de Figueiredo
181 informou que durante a Apaf de novembro de 2021 (dois mil e vinte e um) foi criado o Grupo de Trabalho
182 "Orientação: Atuação Pessoas com Deficiência", composto pelos CRPs 01, 11, 12, 16, 17, 20, 23 e pelo CFP.
183 Os objetivos do Grupo de Trabalho são elaborar Resolução de enfrentamento ao capacitismo e construir
184 uma Nota Técnica. O Grupo de Trabalho realizou 02 (duas) reuniões no último semestre e solicita sua
185 continuidade para finalizar os trabalhos já iniciados. Contou que houve confusão de que quem deveria
186 compor o Grupo de Trabalho seriam somente pessoas surdas. Disse que na próxima plenária apresentará
187 este ponto de forma mais organizada. **Encaminhamento:** Pautar este ponto na plenária de 24 (vinte e
188 quatro) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), para apresentação do posicionamento a ser levado
189 para a Apaf. **Ponto 10. GT DA APAF - READEQUAÇÃO DOS PORTES DOS CONSELHOS REGIONAIS (Processo**
190 **Sei nº 576600002.000040/2023-15).** Célia Mazza de Souza disse que a Apaf de novembro de 2021 (dois
191 mil e vinte e um), absorveu a proposta de criação de Grupo de Trabalho específico para tratar dos portes
192 dos conselhos regionais, sob a justificativa de que a mudança de um Conselho Regional de Psicologia de
193 pequeno porte para médio, impacta, consideravelmente, nas estruturas administrativas e financeiras,
194 inviabilizando, em muitos casos, a execução das ações precípuas dos conselhos pequenos. O Grupo de
195 Trabalho realizou vários encontros para discutir o novo enquadramento do porte dos Conselhos Regionais,
196 com base no número de profissionais inscritos e na proposta de equidade nas representações
197 políticas. Composição do GT: CFP; CRP-06/SP; CRP-07/RS; CRP-09/GO; CRP-19/SE; CRP-20/AM/RR; CRP-
198 21/PI; e CRP-24/RO-AC. Disse que existem alguns Conselhos Regionais que querem a diminuição do
199 repasse dos Conselhos Regionais ao Conselho Federal baseados em uma resolução do Conselho Federal de
200 Serviço Social que define os percentuais. E que na próxima reunião plenária trará uma proposta de
201 resolução. Rodrigo Acioli Moura comentou que as diferenças de repasse dos Conselhos Regionais já existe
202 e que seria interessante uma uniformização de percentual. Célia Mazza de Souza disse que o percentual é
203 o mais adequado e que seria interessante uma conversa com o CFess para verificar como fazem e que
204 fizeram um percentual diferenciado, mas perderam espaços importantes de debate. **Encaminhamentos:**
205 A) Pautar este ponto na plenária de 24 (vinte e quatro) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), para
206 apreciação da Minuta de Resolução e envio na segunda remessa. B) Fazer uma conversa com o CFESS,
207 sobre percentual, para ter mais subsídios para discussão na Apaf. **Ponto 11. GT COMORG - APRECIÇÃO**
208 **DO REGULAMENTO DO 12º CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA – CNP (Processo Sei nº**
209 **576600115.000003/2023-21).** Rodrigo Acioli Moura disse que o Grupo de Trabalho da Comissão
210 Organizadora do 12º CNP foi instituído durante a Apaf de maio de 2023 (dois mil e vinte e três). O referido
211 GT é composto por: CFP, CRP-02, CRP-05, CRP-07, CRP-09, CRP-10, CRP-19 e CRP-24. Durante o primeiro
212 semestre de 2023 (dois mil e vinte e três) foram realizadas 09 (nove) reuniões virtuais e há previsão de
213 realização de 02 (duas) reuniões presenciais, a última a ser realizada nos dias 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e
214 nove) de outubro de 2023 (dois mil e vinte e três). Desta forma, o referido Grupo de Trabalho apresentará
215 o Regulamento do 12º Congresso Nacional da Psicologia - CNP como produto para apreciação da Apaf,
216 além de requerer a continuidade do Grupo de Trabalho para desenvolvimento de demais

217 atividades. Comentou ainda que haverá mudanças nas representações entre os Conselhos Regionais. Ivani
218 Francisco de Oliveira perguntou como estão as discussões e o que está acontecendo. Rodrigo Acioli Moura
219 disse que existe a proposta de mudança nas datas dos Coreps, contemplando somente um final de
220 semana, mas que será apresentada outra proposta de ampliação dos finais de semana que os Coreps
221 podem ser realizados. Comentou ainda que será realizada abertura nacional dos Coreps para que o Brasil
222 inteiro possa trabalhar e que este Grupo de Trabalho está alinhado com o Grupo de Trabalho de Eleições,
223 devido as inscrições das chapas. E que há toda uma estrutura organizada para receber as comissões
224 eleitorais. Pediu que este Grupo de Trabalho seja novamente pautado na próxima plenária.
225 **Encaminhamentos:** Pautar este ponto na plenária de 24 (vinte e quatro) de novembro de 2023 (dois mil e
226 vinte e três), para apreciação da Minuta de Resolução e envio na segunda remessa. **Ponto 12. GT PARA**
227 **ELABORAÇÃO POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS (Processo Sei nº**
228 **576600013.000102/2023-51).** Carolina Saraiva disse que a Apaf de maio de 2023 (dois mil e vinte e três)
229 deliberou pela constituição de um Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar a Política de
230 Comunicação do Sistema Conselhos. As atividades do Grupo de Trabalho foram assim definidas: 1)
231 Elaborar um projeto ampliado de comunicação para o Sistema Conselhos; 2) Elaborar um plano de
232 trabalho para a política de informação, educação e comunicação (IEC) no Sistema Conselhos. Como
233 diretriz, a Apaf sugere que o plano de trabalho contemple políticas de inclusão e acessibilidade; 3) Avaliar,
234 ao final dos trabalhos, a necessidade da criação de um comitê para acompanhamento da política de
235 comunicação do Sistema Conselhos. A partir do recebimento dos dados das representantes dos Conselhos
236 Regionais designados para compor o Grupo de Trabalho, criou-se um grupo de WhatsApp com o objetivo
237 de dar início às atividades. Inicialmente, por sugestão da equipe técnica do Conselho Federal e da
238 Conselheira Carolina Saraiva, decidiu-se pela criação de um formulário com o objetivo coletar dados sobre
239 a composição e o funcionamento das equipes de comunicação dos Conselhos de Psicologia em todo o
240 país. Essas informações servirão como subsídio na construção de um projeto ampliado de comunicação de
241 todo o Sistema Conselhos. Os dados foram coletados durante o período de 27 (vinte e sete) de setembro e
242 11 (onze) de outubro de 2023 (dois mil e vinte e três). Da análise das informações fornecidas por 18
243 (dezoito) CRPs, o Grupo de Trabalho pretende definir um plano de trabalho de elaboração do projeto de
244 comunicação. A primeira reunião do grupo, ainda não agendada, será realizada no mês de novembro de
245 2023 (dois mil e vinte e três). Propôs que Jorge Duarte, comunicólogo possa participar. **Encaminhamentos:**
246 A) Pautar este ponto na plenária de 24 (vinte e quatro) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), para
247 apresentação de possíveis atualizações, pois o grupo ainda terá uma nova reunião antes da Apaf. B)
248 Verificar se será necessário atualizar o material de subsídio para a segunda remessa. **Ponto 13. GT**
249 **ORIENTAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO USO ASSISTIDO DE PSICODÉLICOS EM CONTEXTO**
250 **PSICOTERAPÊUTICO (Processo Sei nº 576600003.000350/2023-11).** Maria Carolina Fonseca Barbosa
251 Roseiro salientou que o Grupo de Trabalho "Orientação e regulamentação do uso assistido de psicodélicos
252 em contexto psicoterapêutico" foi criado na Apaf de maio de 2023 (dois mil e vinte e três) e composto
253 pelos CRPs 04, 08, 10, 15, 22 e 24, pelo CFP e um *ad hoc*, integrante da APB. A Apaf deliberou que o Grupo
254 de Trabalho elabore um plano de trabalho institucional, com estudos científicos, respeito à laicidade e às
255 cosmovisões, sobre o uso assistido de psicodélicos e cannabis em contexto psicoterapêutico. Ainda,
256 solicitou que o plano de trabalho indique a realização de um evento nacional, de natureza científica e
257 institucional, sobre o tema. Em 2023 (dois mil e vinte e três) foram realizadas três reuniões, nas quais o
258 grupo se debruçou sobre a elaboração do plano de trabalho institucional, e propõe sua continuidade para
259 finalização das atividades solicitadas pela Apaf. Também entende ser necessária a mudança de nome do
260 Grupo de Trabalho, a fim de alinhar o título à amplitude do campo em debate, bem como à inclusão da
261 atuação da psicologia. Apresentou o Relatórios de Atividades deste Grupo de Trabalho e pediu que o *ad*
262 *hoc* possa participar da Apaf para discussão deste ponto de pauta. **Encaminhamentos:** A) Incluir na
263 discussão do ponto da delegação da Apaf, a sugestão de que o *Ad hoc* participe na apresentação do ponto
264 na Apaf. B) Pautar este ponto na plenária de 24 (vinte e quatro) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e
265 três) para novas discussões. **Ponto 14. GT MEIOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS (GT DE**
266 **MEDIAÇÃO) (Processo Sei nº 576600028.000198/2023-99).** Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo referiu
267 que o Grupo de Trabalho de Meios de Solução Consensual de Conflitos (GT de Mediação) foi criado na
268 Apaf de maio de 2023 (dois mil e vinte e três). No momento, o Grupo de Trabalho é composto pelos CRPs
269 05/RJ, 12/SC, 18/MT, 20/AM e RR, 21/PI e 22/MA e pelo CFP. O Grupo de Trabalho foi incumbido das
270 seguintes tarefas: 1) Padronização, uniformização das práticas de solução consensual de conflitos no
271 Sistema Conselhos; 2) Viabilizar trâmites administrativos e processuais, seus sistemas e formas; 3)
272 Estabelecer pontos centrais e estruturais para essa implementação; 4) Adequar os pontos das Resoluções
273 que as submetem e essas práticas a serem estabelecidas. De maio de 2023 (dois mil e vinte e três) até o

274 momento, o Grupo de Trabalho realizou 7 (sete) reuniões remotas (24/07; 07/08; 21/08; 04/09; 18/09;
275 02/10 e 16/10) e há a previsão de acontecer 1 (uma) reunião presencial no dia 23 (vinte e três) de
276 novembro de 2023 (dois mil e vinte e três). O Grupo de Trabalho está trabalhando em um estudo que
277 subsidiará a confecção da Minuta de Resolução sobre a Mediação e outros meios autocompositivos.
278 Devido aos vários conceitos, e à especificidade do tema, o Grupo de Trabalho verificou a necessidade de
279 que ter uma colaboradora especialista *ad hoc* para auxiliar nas tarefas. E também o Grupo de Trabalho
280 pede autorização da Apaf para elaborar uma capacitação para o Sistema Conselhos sobre os meios
281 autocompositivos. Em tempo, o Grupo de Trabalho de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização (GT
282 da POF) está com a tarefa de construir políticas de enfrentamento à lógica judicializante em fase pré-
283 processual no CPD. Entretanto, o Grupo de Trabalho de Mediação entendeu que esta tarefa se adequa de
284 melhor forma a este Grupo de Trabalho. Assim sendo, está solicitando formalmente à Apaf que lhe seja
285 destinado esta tarefa. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro perguntou se na Apaf passada já havia a
286 indicação de *ad hoc* e se trazer uma especialista *ad hoc* do Rio de Janeiro, sendo o Grupo de Trabalho
287 proposto pelo Rio de Janeiro não causaria algum tipo de problema. E que teremos questionamentos que
288 serão retomados devido ao propósito deste Grupo de Trabalho na Apaf. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
289 propõe a inclusão do *ad hoc*, com autonomia do Grupo de Trabalho escolher quem será o *ad hoc*.
290 **Encaminhamentos:** não houve. **Posicionamento Delegação do CFP:** - Defender a proposta de incluir um
291 *ad hoc* no Grupo de Trabalho, deixando a escolha desse *ad hoc* pelo próprio Grupo de Trabalho. E, o
292 Conselho Federal de Psicologia está de acordo com esta solicitação: Solicitar à Apaf que a tarefa de
293 construir políticas de enfrentamento à lógica judicializante em fase pré-processual no CPD, atribuída ao GT
294 da POF, seja atribuída ao Grupo de Trabalho de Meios de Solução Consensual de Conflitos (GT de
295 Mediação). **Ponto 15. SEMINÁRIO BOAS PRÁTICAS NO SISTEMA CONSELHOS (Processo Sei nº**
296 **576600239.000072/2023-39).** Antônio Neto (GEA) contou que no ano de 2023 (dois mil e vinte e três), foi
297 incorporada à estrutura organizacional do Conselho Federal de Psicologia a Auditoria Interna, que tem por
298 objetivo a promoção de levantamentos e avaliações dos controles internos inerentes às atividades
299 desenvolvidas no Sistema Conselhos de Psicologia, visando a mitigação de riscos, para o atingimento de
300 suas funções precípuas. A Apaf realizada em maio de 2023 (dois mil e vinte e três) aprovou, por
301 unanimidade, a criação de um Grupo de Trabalho de Boas Práticas de Gestão, com a seguinte
302 tarefa: Definir os temas que serão abordados no Seminário sobre os desafios para a estruturação
303 organizacional e funcional dos Conselhos Regionais de Psicologia e as oportunidades de melhorias para o
304 alcance de boas práticas. A Composição do Grupo de Trabalho: Nacional: CFP, Centro-Oeste: 18, Norte: 20
305 e 24, Nordeste: 11 e 13, Sul: 12, Sudeste: 05. Foi definido que o Grupo de Trabalho seria acompanhado
306 pela gerência administrativa do Conselho Federal com assessoramento das gerências financeiras, de
307 gestão de pessoas e secretaria de orientação e ética. Foi determinado pela Apaf, que o Seminário deverá
308 abordar os principais pontos auditados pelo TCU – Tribunal de Contas da União, entendendo os gargalos
309 de gestão, englobando os processos de licitação e demais procedimentos administrativos e
310 financeiros. Conforme determinado na Apaf, o Grupo de Trabalho não irá organizar o seminário, ficando
311 apenas incumbido de definir os temas, bem como será retomada a discussão que consta dos
312 encaminhamentos da reunião de diretoria. Em 09 (nove) de outubro foi realizada reunião com o GT-
313 Auditoria, com os seguintes encaminhamentos: a sugestão de conteúdo para realização do Seminário de
314 Auditoria, Boas Práticas nos Sistemas Conselhos com indicação de dois representantes por Conselho
315 Regional, em formato híbrido. Izabel Augusta Hazin Pires sugeriu a gestão de pessoas como tema. E pensa
316 que é importante modificar o nome do ponto. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho sugeriu a inserir as boas
317 práticas no modo como fazemos a participação social. Célia Mazza de Souza perguntou como será feita a
318 reserva de vagas, a inclusão. Pensa que as questões referentes a disciplina, orientação e fiscalização
319 devem estar permeando as boas práticas. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho propôs como ponto de pauta
320 do Conselho Federal de Psicologia que possa ser conversado sobre o controle social. E que é um tema que
321 está sendo discutido, mas que não há uniformização, e que é uma questão política importante, a
322 coletivização das ações. Neuza Maria de Fátima Guareschi disse que o Crepop está fazendo um
323 levantamento do número de psicólogas que fazem controle social. Pensa que é importante colocar no
324 plano do Crepop algo neste sentido e pediu que o Crepop participe deste seminário. Pensa que é função
325 do Crepop a articulação entre os Conselhos Regionais de Psicologia sobre o controle social e disse que
326 temos que discutir a função das técnicas do Crepop dentro dos Conselhos Regionais, pois há técnicas
327 fazendo atividades da COE. Pensa que esta questão deve ser ponto de pauta da Reunião de Presidentes.
328 Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro concorda com as ponderações feitas pela conselheira Neuza
329 Maria de Fátima Guareschi, mas ressaltou que há diferenças nas funções das técnicas nos Conselhos
330 Regionais de Psicologia, mas que há também diferença de entendimento das próprias conselheiras quanto

331 as atribuições das técnicas do Crepop. Pensa que o Seminário é uma forma de debater essas questões e
332 que na proposta do Seminário sejam discutidas as estratégias de articulação do Sistema Conselhos sobre o
333 controle social. Neuza Maria de Fátima Guareschi destacou que não foi indicada pesquisa para o ano de
334 2024 (dois mil e vinte e quatro), pois é preciso finalizar as Referências Técnicas que estão em andamento e
335 revisar outras e dar andamento a outras questões referentes ao Crepop. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
336 pensa que deva estar contido no plano de trabalho do Crepop o controle social, mas que seja uma
337 discussão política separada. Ponderou também que o ponto de pauta sobre a delegação do Conselho
338 Federal de Psicologia na Apaf seja discutido na plenária do dia 24 (vinte e quatro) de novembro de 2023
339 (dois mil e vinte e três). **Encaminhamentos:** A) Refazer a solicitação de deliberação deste ponto, para
340 corrigir o nome do ponto, colocando conforme o nome aprovado na última Apaf (GT Auditoria). B) Inserir
341 no objetivo do ponto a alteração do nome do Grupo de Trabalho para: GT “Seminário de Boas Práticas no
342 Sistema Conselhos”. C) Incluir no plano de trabalho do CREPOP o tema Controle Social das Políticas
343 Públicas. D) Incluir um ponto de pauta nesta Apaf, com sugestão de realização de um Seminário em 2024
344 (dois mil e vinte e quatro) a fim de avaliar como o Sistema Conselhos tem feito o exercício da Participação
345 do Sistema Conselhos nas Instâncias de controle social das Políticas Públicas. E) Para este seminário, foram
346 indicadas alterações no conteúdo. Nova proposta apresentada: Governança; Boas Práticas para melhorar
347 as atividades do Sistema Conselhos (tomando como referência os relatórios da auditoria); Cobrança
348 Anuidades; Funcionalidades do sistema BRC- soluções em gestão e tecnologia da informação;
349 Informatização no Sistema Conselhos; Políticas e procedimentos de Gestão de Pessoas no Sistema
350 Conselhos. **Ponto 16. LINGUAGEM INCLUSIVA (Processo Sei nº 570800144.000061/2023-84).** Emanuelle
351 Silva contou que o CRP-PR adotou a Resolução Nº 04, de 19 de setembro de 2022, que instituiu o uso de
352 linguagem inclusiva no CRP-PR e recomenda sua utilização à categoria. A Resolução foi resultado de
353 deliberação expressa pelo XI Congresso Regional de Psicologia e que também está contemplada pelo CNP
354 na Proposta 093 (CN-00-000190): Promover discussões sobre a utilização da linguagem neutra ou não
355 gendrada, a fim de adotá-la em todas as suas publicações, notas e posicionamentos, reconhecendo a não
356 binariedade, a diversidade de identidade de gênero e a autodeclaração em suas comunicações. Cumpre
357 lembrar que as relações entre Psicologia e linguagem constituem um vasto campo de pesquisa, e a adoção
358 de práticas condizentes com a grandeza desse debate é um tema muito importante para o Sistema
359 Conselhos de Psicologia. A linguagem inclusiva permite ao mesmo tempo a manutenção e concordância
360 com as normas gramaticais concernentes a documentos públicos e formais e a inclusão de todas as
361 pessoas, como é a premissa da profissão. Ao utilizar referências não voltadas a um gênero, por exemplo,
362 profissionais de Psicologia em vez de Psicólogas ou pessoas no lugar de homem/mulher, ele/ela, as
363 mudanças não interferem na linguagem, não oferecem maior grau de dificuldade (se consideradas as
364 interseccionalidades) e abrangem a todas as pessoas sem distinção. Compreendemos que são mudanças
365 simples, que podem facilmente ser integradas pela categoria. Sendo assim, compreendemos que as ações
366 de inclusão que abarcam as transformações sociais e devem ser consideradas e praticadas sempre que
367 possível. Tal é a preocupação do CRP-PR no desenvolvimento de suas funções precípuas (orientação,
368 fiscalização e disciplina do exercício profissional), assim como na construção de uma Psicologia inclusiva,
369 amplamente debatida em nossos espaços, em consonância com o que traz o Código de Ética da profissão,
370 segundo o qual devemos basear nosso trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da
371 igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos
372 Direitos Humanos, contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação,
373 exploração, violência, crueldade e opressão. Sendo assim, o objetivo deste ponto é deliberar sobre o uso
374 da linguagem inclusiva a ser adotado em todo o Sistema Conselhos e recomendá-la à categoria. Maria
375 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro disse que não podemos fazer uma Resolução Federal, pois diz respeito a
376 prática profissional. E não sabe se o Conselho Federal pode regular isto. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
377 disse que o CRP 08 emitiu uma Resolução para regular a linguagem inclusiva no CRP 08, mas pensa que a
378 normativa correta seja uma Portaria. E é um ponto de pauta problemático. Gabriel Henrique Pereira de
379 Figueiredo também questionou sobre o formato da normativa e que é preciso ter cuidado com os termos
380 racistas. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo pensa que possa ser uma recomendação o documento
381 expedido pelo CRP 08, pois sendo uma Resolução há a necessidade de cumprimento por parte de todas as
382 profissionais. Pensa que podemos dialogar com o Conselho Regional de Psicologia da 8ª região para que
383 seja uma recomendação, fazer uma discussão pedagógica. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho propôs que na
384 Reunião de Presidentes seja pautado um ponto sobre Atos Oficiais, sobre as competências para editar
385 resoluções e portarias. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro ponderou que cabe orientação ao
386 Conselho Regional no sentido de que o Conselho Regional pode ter emitido uma normativa que não é de
387 sua competência e que pode ser judicializada. Considerou que há Resoluções sobre como a psicóloga deve

388 respeitar as diferenças e que temos questões recorrentes dos Conselhos Regionais de Psicologia de
389 elaborar Notas, Resoluções e encaminhar para a Apaf para que determinado documento seja de todo o
390 Sistema Conselhos e que esta questão é complicada. **Encaminhamentos:** A) Dialogar com o Conselho
391 Regional sobre a Resolução, pensando nos impactos que ela pode causar juridicamente, propondo a
392 retirada do ponto da pauta da Apaf. B) Elaborar um parecer jurídico em relação a essa proposta do
393 regional. C) Pautar para a Reunião entre Presidentes: Discussão sobre Atos Oficiais, para que sejam
394 explicitadas a função de cada documento e as competências de elaboração (o que é competência do CFP e
395 o que é de competência do CRP); Repasse da utilização do Portal dos Atos Oficiais. **Posicionamento da**
396 **Delegação do CFP:** Caso o ponto siga para a Apaf, a Delegação se posicionará contra a Resolução. **Ponto**
397 **17. TRANSVERSALIZAÇÃO DAS PAUTAS (Processo Sei nº 570800144.000062/2023-29).** Izabel Augusta
398 Hazin Pires informou que o CRP-PR instituiu, no início de 2023 (dois mil e vinte e três), um Grupo de
399 Trabalho dedicado a que todas as ações dentro da instituição considerem aspectos transversais. O objetivo
400 é que todos os atos como eventos, publicações, representações, comunicação institucional ações das
401 Comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização possam considerar os aspectos intrínsecos à sociedade
402 brasileira e que precisam ser superados como o racismo, o capacitismo, o machismo, a lgbtqia+fobia, o
403 etarismo e que populações vulnerabilizadas possam ser consideradas a partir de todas as perspectivas
404 veiculadas pela autarquia. Essa perspectiva tem diversas consequências, que vão gradualmente alterando
405 a cultura organizacional, o reconhecimento social da profissão e proporcionando espaços para o debate
406 seguros e inclusivos. Por exemplo, a realização de eventos passa a contar com um maior cuidado na oferta
407 de recursos de acessibilidade para incluir todas as pessoas, com a composição de sua programação e das
408 pessoas convidadas a usar a palavra e também de seu conteúdo. Quais aspectos da discussão devem estar
409 relacionados à defesa dos Direitos Humanos? Publicações, imagens utilizadas na Comunicação, locais para
410 a realização de encontros, resoluções apontadas em fiscalizações ou durante a avaliação de processos
411 éticos, entre muitos outros exemplos, devem ganhar essa perspectiva. Acreditamos que o Sistema
412 Conselhos como um todo pode auxiliar neste processo, adotar e compartilhar medidas similares e
413 podemos avançar a profissão. Dessa forma, a solicitação deste ponto é a criação de um Grupo de Trabalho
414 Nacional para debater a transversalização em todos os aspectos e pautas do Sistema Conselhos de
415 Psicologia. Ivani Francisco de Oliveira pensa que deve ser solicitado ao Conselho Regional que retire o
416 ponto de pauta, pois é uma questão muito específica do CRP 08. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo
417 pensa que não devemos criar um Grupo de Trabalho Nacional para debater esta questão e sim que a
418 temática deve ser objeto de discussão de todos os Grupos de Trabalho. Emanuelle Silva contou que no
419 ponto sobre as Ações Afirmativas já consta um item sobre a transversalização das pautas. Pedro Paulo
420 Gastalho de Bicalho propõe diálogo com o Conselho Regional no sentido de que este ponto de pauta
421 esteja presente, mas de outra forma, no sentido de fazer um Seminário e que seja regido pelo programa
422 de ações afirmativas. **Encaminhamentos:** Dialogar com o Conselho Regional propondo a alteração do
423 título e objetivo deste ponto, propondo a realização de um seminário que debata a transversalização em
424 todos os aspectos e pautas do Sistema Conselhos de Psicologia ou inserção deste ponto junto à execução
425 do Programa de Ações Afirmativas, Inclusivas e Reparatórias do Sistema Conselhos. **Ponto 18. ALTERAÇÃO**
426 **DA RESOLUÇÃO DO CFP 01/2012 (Processo Sei nº 576600004.000372/2023-71).** Emanuelle Silva destacou
427 que com base no disposto pela Constituição Federal e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com
428 Deficiência, lei 13.147 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a isenção de anuidade nos Conselhos de
429 Psicologia (CRP) para todas as pessoas com deficiência é fundamental para garantir a igualdade de
430 oportunidades e promover a inclusão social. A isenção de anuidade representa um meio crucial para
431 eliminar barreiras e obstáculos que possam obstruir a participação plena e efetiva das pessoas com
432 deficiência na sociedade. No entanto, a restrição atual da isenção de anuidade no Conselho Federal a um
433 rol específico de doenças graves e outras condições contempladas pela legislação do imposto de renda é
434 problemática e pode não estar em total conformidade com os princípios legais de igualdade e não
435 discriminação. Ao restringir o benefício com base em critérios específicos de saúde, o Conselho Federal
436 pode inadvertidamente estar excluindo outras pessoas com deficiência que também enfrentam obstáculos
437 significativos para acessar os serviços do Conselho. É crucial ressaltar que o Estatuto da Pessoa com
438 Deficiência, em seu artigo 2º, define de forma abrangente o conceito de pessoa com deficiência, incluindo
439 impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Portanto, a restrição da
440 isenção de anuidade a um rol limitado de condições de saúde contradiz o propósito amplo e inclusivo
441 dessa legislação e pode perpetuar a exclusão de outras pessoas com deficiência que não se enquadram
442 nesses critérios específicos. Ao restringir a isenção com base em critérios médicos específicos, o CFP pode
443 estar violando os princípios constitucionais de igualdade e não discriminação, já que todas as pessoas com
444 deficiência devem ser tratadas de maneira justa e equitativa, sem discriminação com base em suas

445 condições de saúde específicas. Portanto, é crucial revisar e reformular a política de isenção de anuidade,
446 para garantir que todos os cidadãos com deficiência se beneficiem igualmente desse apoio,
447 independentemente do diagnóstico específico de sua condição de saúde. A revisão dessas políticas é
448 essencial para garantir a plena inclusão e participação das pessoas com deficiência no campo da
449 psicologia, em total consonância com os princípios legais e constitucionais de igualdade e não
450 discriminação. Célia Mazza de Souza disse que o Estatuto de Pessoa com Deficiência não tem força de lei
451 para as outras instâncias. Rodrigo Acioli Moura se preocupou pois tem uma Resolução recente sobre a
452 temática, a Resolução CFP nº 008/2023. José Eli Vasconcelos (GFin) comentou que, pelo que está
453 verificando, é o retorno deste ponto para avaliação do Grupo de Trabalho de Anuidades. Comentou que a
454 Resolução CFP nº 008/2023 está trazendo problemas, como a isenção aos recém-formados. Pensa que é
455 preciso realizar estudos técnicos para subsidiar a discussão antes de encaminhar como tarefa para o
456 Grupo de Trabalho de Anuidades. **Encaminhamentos:** A) Ponto mantido na pauta. B) Realizar estudos
457 técnicos para subsidiar a discussão durante a Apaf, antes de encaminhar esta demanda como tarefa para o
458 Grupo de Trabalho de anuidades. **Ponto 19. COLABORADORES PARECERISTAS PARA COMISSÃO DE ÉTICA**
459 **(COE) (Processo Sei nº 571200186.001101/2023-87).** Izabel Augusta Hazin Pires informou que com a
460 eclosão da pandemia, causada pela COVID-19, foi necessário paralisar a tramitação dos processos
461 disciplinares por, praticamente, 01 (um) ano. Em decorrência disso, atrelado às novas representações que
462 foram chegando aos regionais de maneira ininterrupta, houve considerável acúmulo de investigações que,
463 neste momento, aguardam a elaboração de pareceres. Sabe-se que a tramitação processual deve ser
464 eficiente e justa. Contudo, acredita-se que apenas a Comissão de Ética do Regional não tenha condições
465 de solucionar a questão em tempo razoável, sem atrasos e que atenda a expectativa das partes e,
466 também, da própria sociedade. Portanto, necessário se torna realizar diálogo, que implique todo o
467 Sistema Conselhos, com o objetivo de alcançar soluções para resolver o problema. Por exemplo, vale
468 trazer algumas problematizações, tais como: a) Seria possível, de algum modo, contar com o auxílio de
469 colaboradores para a confecção de pareceres em processos investigativos? b) Seria possível indenizar
470 monetariamente a atividade deste colaborador, que venha a elaborar pareceres? c) Seria possível
471 selecionar profissionais para esta função, de acordo com a conveniência e oportunidade de cada
472 Regional? Acreditamos que o apoio de todos os integrantes da Autarquia pode levar a boas ideias e
473 caminhos viáveis para resolver o problema. Então, a solicitação é Instaurar Grupo de Trabalho que possa
474 se debruçar sobre a análise da situação da Comissão de Ética dos Regionais em relação aos pareceres em
475 elaboração e a participação de colaboradores na execução destes pareceres. Ao grupo, caberia como
476 tarefa analisar a pertinência, possibilidades e formas de indenização destes colaboradores pareceristas,
477 considerando as resoluções vigentes sobre auxílio representação. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
478 disse que tem diversas questões que já estão definidas e que há questões que servem de consulta à
479 Secretaria de Orientação e Ética – SOE. E considerou que não dá para discutir uma questão como este
480 ponto de pauta na Apaf e que estão chegando questões que são mais dificuldades internas dos Conselhos
481 Regionais e não de todo o Sistema Conselhos. Pensa que parece mais uma solicitação de auxílio, e que
482 isto, sem dúvida alguma, não é tarefa de Grupo de Trabalho da Apaf. Rodrigo Acioli Moura comentou que
483 estamos diante de uma dificuldade do próprio Conselho Regional de Psicologia e que é preciso aumentar o
484 número de Comissões de Instrução. Pois é uma atividade precípua do Sistema Conselhos. Pedro Paulo
485 Gastalho de Bicalho pensa que pode ser um ponto de pauta para a Reunião de Presidentes, um ponto da
486 SOE e também um ponto do Encontro de COEs e de COFs. Pensa que é preciso ter uma posição mais
487 orientativa do que regulamentativa. Carolina Saraiva disse que esta temática pode ser incluída na
488 formação continuada. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro disse que é preocupante a forma como os
489 Conselhos Regionais estão se expondo, falando de questões internas. **Encaminhamentos:** A) Dialogar com
490 o Regional, sugerindo a retirada do ponto de pauta da Apaf informando que terá um ponto orientativo da
491 SOE durante a reunião de presidentes. B) Pautar para a Reunião entre Presidentes, para orientações aos
492 Regionais. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho pontuou que os pontos que não foram discutidos nesta
493 plenária devem ser pautados para discussão na plenária do dia 24 (vinte e quatro) de novembro de 2023
494 (dois mil e vinte e três). A Terceira Primeira Plenária Extraordinária foi encerrada às treze horas e dezesseis
495 minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e assinada por
496 todas as presentes nomeadas. _____

497

498

499 *Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta*500 *por mulheres, a Apaf optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino*

501

como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 24/04/2024, às 20:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 25/04/2024, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheira(o) Presidente**, em 25/04/2024, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães, Conselheira(o)**, em 25/04/2024, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Rodrigues Fonseca, Conselheira(o) Suplente**, em 02/05/2024, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Saraiva, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 03/05/2024, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Francisco de Oliveira, Conselheira(o)**, em 03/05/2024, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 04/05/2024, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 08/05/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 08/05/2024, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 08/05/2024, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 09/05/2024, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Conselheira(o) Suplente**, em 13/05/2024, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 13/05/2024, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1549570** e o código CRC **AB1A013E**.
